



ESTADO DE GOIÁS
AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Resolução 0158-CJ, de 19 de abril de 2018

Dispõe sobre o julgamento do auto de infração nº 35003, em nome de Prefeitura Municipal de Luziânia, conforme Processo nº 201800029000177.

A Câmara de Julgamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o que dispõe o art. 19, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação dada pela Lei nº 18.101, de 17 de julho de 2013, que trata da competência da Câmara de Julgamento para julgar, em primeira instância, os processos administrativos de autos de infração oriundos das atividades de fiscalização da AGR;

Considerando o que dispõe a Lei nº 18.673, de 21 de novembro de 2014, que trata dos serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado de Goiás;

Considerando que o interessado apresentou defesa intempestiva e, levando em conta a manifestação técnica, a qual é adotada na íntegra como razão de decidir, cuja fundamentação e conclusão passam a ser parte desta decisão;

Considerando que Prefeitura Municipal de Luziânia, infringiu o inciso II, do art. 6º, da Lei nº 18.673/2014, ao prestar o serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, de qualquer natureza, sem a devida e regular concessão, permissão ou autorização, na forma legal, no trajeto de Luziânia-GO a Goiânia-GO, foi autuada em 11/01/18, nos termos do Auto de Infração nº 35003;

Considerando a decisão da Câmara de Julgamento, em reunião realizada em 17/04/2018,

RESOLVE:

Art. 1º. Manter em razão de sua legalidade o Auto de Infração nº 35003, em nome de Prefeitura Municipal de Luziânia, por descumprimento da legislação vigente.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

CÂMARA DE JULGAMENTO, em GOIANIA - GO, aos 19 dias do mês de abril de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **LUDMYLLA SATYUGA SOUSA ALVES FERREIRA**, **Coordenador (a)**, em 20/04/2018, às 09:02, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **2215796** e o código CRC **65F33A59**.

CÂMARA DE JULGAMENTO

Avenida Goiás, 305 - Bairro Centro - CEP 74005-010 - Goiânia - GO - Ed. Visconde de Mauá



